Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Maia

CERTIDÃO COMPROVATIVA DE QUE A CONSTRUÇÃO É ANTERIOR A 1951 E CONFIRMATIVA DA SUA SITUAÇÃO

REQUERENTE

Nome/Designação					
Domicílio/Sede					
Freguesia /União					
Código Postal		Concelho			
NIF		N.º ID Civil		Válido até	
Código da Certidão Comercial Permanente					
Telefone		Telemóvel		Fax	
E-mail					
Na qualidade de:	☐ Proprietário	☐ Locatário	☐ Arrendatário	☐ Interessado	☐ Outro:

REPRESENTANTE

Nome					
Domicílio					
Freguesia /União					
Código Postal		Concelho			
NIF		N.º ID Civil		Válido até	
Telefone		Telemóvel		Fax	
E-mail					
Na qualidade de:	☐ Mandatário	☐ Sócio-Gerente	☐ Administrador	☐ Outro:	

MEIO DE NOTIFICAÇÃO

☐ Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

E-mail

PEDIDO

Em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação atual (RJUE), vem requerer a V. Exa. Certidão comprovativa de que a construção infra menciona é anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951 (RGEU), e que por tal motivo não exige licença de utilização:

☐ prédio ☐ edificação ☐ fração inscrito na matriz predial: sob o n.º:

Local					
Freguesia /União		Código Postal		Localidade	

FUNDAMENTAÇÃO DO PEDIDO

☐ O presente pedido destina-se à certificação de que a construção, sendo anterior a 1951 não carece de Licença de Utilização.

☐ Confirmação da situação da construção relativamente à sua localização e número de polícia para efeitos de atualização de caderneta predial.

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados.

☐ Planta de localização **na qual seja identificado o limite da propriedade/parcela**, à escala adequada, preferencialmente 1:1000 ou 1:2000, para o efeito consultar o link: http://195.23.9.123/geoportal selecionando na Emissão de Plantas a opção de Avulso seguido da opção de Ortofotomapa 1/2000.

☐ Documentos comprovativos da faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação

☐ Certidão de teor com descrição e a inscrição predial na Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos (quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais)

☐ Certidão de inscrição matricial referente ao prédio ou prédios abrangidos

☐ Certidão da Conservatória do Registo Comercial, se aplicável, caso o requerente e/ou seu representante seja pessoa coletiva

☐ Outros elementos:

☐

☐

☐

ANTECEDENTES

☐ Existe para o local o processo n.º:

☐ Pedido de informação prévia - processo n.º:

☐ Alvará de obras de: n.º:

☐ Licença/Autorização/Comunicação prévia /Autorização de utilização - processo n.º:

☐ Alvará de Utilização/Sanitário n.º:

☐ Processo de fiscalização de obras/Auto de Notícia n.º:

☐ Existe no local construção anterior à entrada em vigor do Decreto-lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951 (RGEU)

☐ Outro:

TOMEI CONHECIMENTO

a. O Município da Maia utiliza os seus dados pessoais para dar resposta aos seus pedidos, instrução dos seus processos, prestar informação sobre assuntos da autarquia e para fins estatísticos. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município da Maia, consulte o nosso site ou envie um e-mail para responsavel.dados@cm-maia.pt.
b. De acordo com o entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os documentos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso integral a todos aqueles que o solicitem.
c. As respostas aos dados integrantes no presente requerimento são de preenchimento obrigatório sob pena de indeferimento do pedido.
d. Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.
e. Apresentar Certidão do Registo Comercial em vigor, se aplicável, do declarante e do seu representante e caso se trate de pedido formulado por pessoa Coletiva deve a declaração ser assinada de acordo com a "forma de obrigar" constante no registo da sociedade.
f. Declaro, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura Data